

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

08 A 10 de
DEZ
2018

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Toffoli chega hoje para lançar projeto

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, chega ao Estado hoje pela manhã e recebe, às 11 horas, das mãos do governador Paulo Hartung (sem partido), a comenda Jerônimo Monteiro, maior honraria concedida pelo governo pelos serviços prestados por uma pessoa ao Espírito Santo.

Em seguida, Toffoli, que também é presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), almoça com o governador e, a partir das 15 horas, no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), participa do evento de lançamento do projeto "Penas Inteligentes", realizado em parceria com o Tribunal.



TOFFOLI lança "Penas Inteligentes"

O Estado é o primeiro a aderir ao programa, que tem como objetivo criar sistema de processamento de informações e prática de atos processuais quanto à execução penal.

Grupo promete manifestação contra ministro do Supremo

Um grupo chamado Associação Nacional dos Conservadores no Espírito Santo pretende realizar hoje, às 10 horas, em frente ao Palácio Anchieta, um ato contra a entrega da comenda Jerônimo Monteiro para o ministro Dias Toffoli.

O protesto é motivado pelo reajuste de 16% nos salários dos ministros do Supremo e ao pedido à Procuradoria-Geral da República para que fossem tomadas providências no caso envolvendo o ministro Ricardo Lewandowski e o advogado Cristiano Acioli, que num voo disse que o "STF é uma vergonha" e foi detido.

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

Dias Toffoli no Estado

O presidente do STF, Dias Toffoli, vem ao Estado hoje para uma agenda no Tribunal de Justiça, mas vai aproveitar para receber uma homenagem do governador Paulo Hartung, com a comenda Jerônimo Monteiro, a maior honraria existente no Estado.

A solenidade de entrega será às 11 horas, no Palácio Anchieta. À tarde, o ministro segue para o Tribunal.



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

Venda de férias no Judiciário custa R\$ 2 bilhões

Somente em despesas com a venda de férias de servidores do Poder Judiciário, o Brasil gasta mais de R\$ 2 bilhões por ano, segundo revelou o deputado Rubens Bueno (PPS-PR), que chegou a esse valor fazendo estudos para produzir o seu substitutivo, como relator da comissão especial sobre regulamentação do teto salarial. Bueno defende a moralização das benesses autoconcedidas por várias categorias.



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br



Absurdo dobrado

O custo da venda de férias, sobretudo a magistrados, corresponde ao dobro das despesas com "auxílio-residência", prestes a ser suspenso.

Ministro Toffoli implanta projeto Penas Inteligentes no tribunal do Espírito Santo

Nesta segunda-feira (10/12), o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), participará da solenidade de adesão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) ao projeto “Penas Inteligentes” desenvolvido pelo CNJ. Durante o evento, o ministro Toffoli e o presidente do tribunal capixaba, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, assinarão um termo de cooperação técnica entre o CNJ e o TJES que formaliza a implantação do projeto no Estado, com a utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU). O SEEU é o sistema de processamento de informações e prática de atos processuais relativos à execução penal desenvolvido pelo CNJ a partir de ferramenta criada pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). O SEEU permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário em todo território nacional. De acordo com a Resolução CNJ 223/2016, que instituiu o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), todas as execuções penais do país devem, obrigatoriamente, tramitar em meio eletrônico. Leia

mais: Espírito Santo começa a implantar o Sistema Eletrônico de Execução Unificado O projeto Penas Inteligentes prevê a retomada da nacionalização do SEEU, iniciada em 2016, e a sua integração com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0 e o Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC). O TJES, recentemente, concluiu o processo de interiorização das audiências de custódia. Implantadas em 2015 em cumprimento à determinação do CNJ, as audiências estão presentes hoje em todas capitais brasileiras e em fase de expansão para as demais cidades. Com as audiências de custódia, a pessoa presa em flagrante é levada à presença de um juiz em até 24 horas, para que o magistrado analise a possibilidade de o acusado responder ao processo em liberdade mediante condições. O juiz avalia também eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades. Serviço Solenidade de Adesão ao Projeto “Penas Inteligentes” do Conselho Nacional de JustiçaData: 10/12Horário: 15 horasLocal: Salão Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) Agência CNJ de Notícias, com informações do TJES

Fonte:

[Conselho Nacional de Justiça](#)

07/12/2018 (00:00)

[Voltar](#)

Visitas no site: 2228225

© 2018 Todos os direitos reservados - Certificado e desenvolvido pelo PROMAD - Programa Nacional de Modernização da Advocacia

| DEZ ANOS DA OPERAÇÃO |

SEM DESFECHO, NAUFRÁGIO PODE VOLTAR AO ESTADO

Ação foi deflagrada em dezembro de 2008, e denúncia nem sequer foi analisada

▲ LETÍCIA GONÇALVES
▲ NATALIA DEVENS

Dez anos depois da prisão de três desembargadores, entre eles o então presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), um juiz, uma servidora e dois advogados, a Operação Naufrágio – deflagrada em 9 de dezembro de 2008 – continua sem um desfecho. O caso já passou pelo próprio TJES, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), está no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pode voltar ao Estado. Até agora, a denúncia oferecida em fevereiro de 2010 contra 26 pessoas – três delas já faleceram – não foi nem analisada.

A Naufrágio desvendou, de acordo com a denúncia, “um modo de atuação empregado para a negociação de decisões judiciais, no âmbito do Tribunal de Justiça, para a criação de cartórios e para a influência em concursos públicos” e tramita sob sigilo. A reportagem de A GAZETA teve acesso a uma manifestação do Ministério Público Federal (MPF), de setembro deste ano, que requer o retorno dos autos na íntegra ao TJES ou o desmembramento do processo.

O ponto central é o foro do desembargador Robson Albanez, que era juiz na época da operação e está entre os denunciados. Para o MPF, recente decisão de restringir o foro privilegiado de autoridades deve ser estendida a magistrados, “a fim de que a regra do processamento e

juízo especial somente incida nas hipóteses de crimes cometidos no cargo e em função dele”. O texto é assinado pelo vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia.

Assim, o tribunal apropriado para processar e julgar o desembargador, que é acusado de condutas relativas ao tempo em que era magistrado de primeiro grau, deixaria de ser o STJ e passaria a ser o TJES, ou seja, o plenário composto pelos próprios colegas de Albanez.

DESMEMBRAMENTO

A tese, no entanto, é controversa. Por isso o MPF já pediu, de antemão, que, caso o foro do desembargador seja mantido no Superior Tribunal de Justiça, que haja

o desmembramento: os demais denunciados seriam julgados parte no TJES (no caso de um juiz e de um procurador de Justiça) e parte na primeira instância da Justiça Estadual. Cabe à Corte Especial do STJ definir, sem data prevista.

A mesma Corte já decidiu, em novembro, pela manutenção da prerrogativa de foro para julgamento de desembargadores no STJ, tendo como base o caso de um magistrado do Paraná acusado de lesão corporal.

A reportagem também teve acesso a uma manifestação da defesa de Robson Albanez, que, ainda antes do MPF, pediu a análise da questão da possível mudança de foro.

Advogado do desembargador, Raphael Câmara entende que a decisão da Corte Especial de novembro não se aplica ao magistrado do Espírito Santo, uma vez que, na outra situação, o desembargador em questão seria julgado por um juiz de primeira instância por crime comum, já Albanez, denunciado por suposto crime relacionado às funções de juiz, passaria pelo crivo do Tribunal de Justiça.

Já se tentou fazer passar o caso pelo TJES, após a aposentadoria dos desembargadores denunciados e antes da promoção de Albanez ao Pleno, mas nem houve quórum necessário porque dos 23 desembargadores da época, 15 se declararam impedidos ou suspeitos para atuar no julga-

mento. Os autos, então, foram remetidos ao STF. Por que agora seria diferente?

Para o MPF, porque a composição do TJES mudou de lá para cá, com a aposentadoria de alguns e a entrada de novos desembargadores. Câmara entende da mesma forma e acrescenta: “Confio no Tribunal de Justiça capixaba, que deu sempre bons exemplos de independência”.

Ele exemplifica que requerer o julgamento de um magistrado pelos próprios pares não é “uma inovação”, já que é o que ocorre em processos administrativos disciplinares. E ocorreu, inclusive, por conta da própria Naufrágio, em que houve a imposição de penas administrativas como aposentadoria compulsória e até a expulsão de um juiz, que ainda não tinha estabilidade na carreira.

Questionado sobre se a defesa prefere que Albanez seja julgado pelo TJES e não pelo STJ, a resposta foi a seguinte: “Para a defesa é indiferente. O objetivo é evitar nulidade. O réu deve ser julgado no foro competente”.

Nada garante, no entanto, que, mesmo com uma nova formação, não ocorram impedimentos de desembargadores para o julgamento no TJES. Fernando Zardini, que passou a compor o Pleno em junho de 2015, por exemplo, atuou quando procurador-geral de Justiça no caso



Policiais federais saindo do Tribunal de Justiça após apreensão de documentos durante a Operação Naufrágio

e estaria, assim, automaticamente impedido de votar pelo recebimento ou não da denúncia, lembra um desembargador ouvido por A GAZETA.

Um dos principais motivos apontados por operadores do Direito consultados sobre a demora na tramitação do caso estão, justamente, as constantes mudanças de foro, além do número de denunciados.

23

denunciados

Dos 26 denunciados na Naufrágio, três já morreram. O restante ainda aguarda resposta do Judiciário.

4

com prescrição

Dos 23, 4 são beneficiados pela extinção da punibilidade devido à prescrição de todos os crimes a eles relacionados.

Cada vez que os autos são enviados a um tribunal e, conseqüentemente, a um relator diferente, mais tempo se passa.

A denúncia chegou a ser pautada na Corte Especial do STJ para 15 de agosto deste ano. No dia 6, a defesa de Albanez já havia se manifestado quanto à questão do foro, pedindo a retirada de pauta e, no próprio dia 15, o MPF também pediu para examinar o caso, que acabou mesmo retirado de pauta pelo relator, ministro Francisco Falcão.

PRESCRIÇÃO

Enquanto isso, vários crimes já prescreveram (veja quadro na quarta página desta reportagem). Mas essa “solução” não agrada a todos. Um dos denunciados resume: “A pessoa, quando é inocente, quer uma decisão do Judiciário. A prescrição é como o Judiciário dizer, em outras palavras: ‘olha, disseram que você fez isso, mas agora o tempo passou e não tem como a gente dizer se você fez ou não’. É como se passasse uma nuvem su-

“

Confio no Tribunal de Justiça capixaba, que deu sempre exemplos de independência”

— RAPHAEL CÂMARA
ADVOGADO. Sobre a possibilidade de o TJES julgar a naufrágio

VITOR VOGAS PRAÇA OITO

.ETÍCIA GONÇALVES (INTERINA)

LGONCALVES@REDEGAZETA.COM.BR TEL: 3321-8577

LEIA.AG/VITORVOGAS

Lentidão da Naufrágio é a ponta do iceberg

Não chega a ser a ação movida pela Princesa Isabel em 1895, que chegou ao fim somente na semana passada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), 123 anos depois (a princesa, ou melhor, seus descendentes, perderam a causa). Mas o fato de o Judiciário não ter dado uma resposta sobre a Operação Naufrágio, passados dez anos — uma operação que mirou o próprio Judiciário —, talvez seja tão emblemático quanto o imbróglcio imperial.

A Polícia Federal foi às ruas na noite de 9 de dezembro de 2008, Dia Internacional Contra a Corrupção, e causou grande alvoroço ao privar a liberdade, ainda que por poucos dias, magistrados, advogados, entre outros. Mais ainda ao revelar detalhes de como, de acordo com o Ministério Público Federal (MPF), “ormou-se um “rentável balcão de negócios” no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). Mas é preciso mais que holofotes para se fazer justiça. Aliás, é até injustiça mostrar holofotes sobre alguém e não confirmar nem “desconfirmar” se a luz foi jogada sobre a pessoa certa.

Sabe-se que o Judiciário brasileiro não é conhecido por sua celeridade. Mas por que dez anos? A coluna ouviu quem entende mais do assunto,

operadores do Direito, para listar alguns dos motivos, que valem também para vários outros casos que dormitam nos escaninhos do Judiciário.

1) No caso da Naufrágio, as constantes mudanças de foro. A operação foi deflagrada no âmbito do STJ, pois envolvia desembargadores na ativa; passou para o TJES pois esses mesmos desembargadores se aposentaram ou “foram aposentados”; foi para o Supremo Tribunal Federal (STF) depois que mais da metade dos 23 desembargadores da época consideraram-se sem a isenção necessária para tratar do caso; e acabou de volta ao STJ porque um dos juizes denunciados tornou-se desembargador. Agora, pode “descer” para o TJES, integralmente ou em parte, se o STJ seguir o entendimento do MPF, que quer a aplicação da restrição ao foro privilegiado ao caso.

2) O número de denunciados, 26 ao todo. Desses, três já morreram. Há quem discorde deste ponto e avalie que, mesmo que poucas pessoas estivessem listadas, o périplo do caso por vários tribunais já tomaria muito tempo. Outros consideram até que o MPF deveria ter feito a denúncia já “fatiada”, uma vez que assim diminuiria o número de acusados em cada ação. Mas há também a ponderação de que isso poderia embaralhar o trabalho da acusação.

3) E as mudanças de foro implicam também em mudanças de relator, ou seja, mais tempo para uma nova pessoa tomar pé de uma complexa situação, que envolve muitas pessoas. Sem contar que esse citado relator, ou relatora, invariavelmente também tem muitos outros casos dos quais tratar.

4) A papelada. Um advogado que acompanha o caso diz que os autos

foram digitalizados muito tardiamente, há cerca de um ano, o que impõe dificuldades práticas. Imagine quantos carimbos pairaram sobre as benditas páginas em uma década. Aqui se inclui também o “tempo morto”, em que o processo aguarda rotinas a serem praticadas pelos funcionários.

5) Estratégias da defesa? Até pode ser, mas o campo maior para manobras se dá depois do recebimento da denúncia, o que nem sequer ocorreu. Depois é que começa a chamada fase de instrução, em busca de provas e testemunhas, por exemplo. Como a reportagem de A GAZETA tem mostrado, nas edições de ontem e hoje, há muito mar pela frente.

Já se sabe que o Palácio Guanabara não pertence aos descendentes da Princesa Isabel. Chegará ao fim a Naufrágio, de preferência com os denunciados ainda vivos?

Tête-à-tête

Após declinar do convite do governador Renato Casagrande para ser secretário de Agricultura, o deputado federal Evair de Melo disse, como a coluna registrou ontem no Gazeta Online, que a conversa com o socialista foi interpessoal, não passou, assim, pelo crivo do PP.

Eita

Marcus Vicente, presidente estadual da legenda, ele mesmo cotado para a pasta e que “subiria” para a Câmara caso Evair toposse a empreitada, afirma que só soube ontem, apesar de o papo entre o correligionário e Casagrande ter ocorrido na sexta, qual secretaria havia sido recusada por Evair. Vicente deve conversar com o governador eleito na quarta-feira para decidir como se dará a participação do PP na gestão. “O partido foi o primeiro, o primeiro (repetiu), a estar fechado com Casagrande, então temos interesse em participar do governo, sim.”

“A eleição acabou”

Presidente estadual do MDB, Lelo Coimbra diz que o partido, que até recentemente abrigava Paulo Hartung e que esteve ao lado de Rose de Freitas na eleição, não fará oposição a Casagrande: “É um governo que quer acertar e temos que trabalhar para ajudar. A eleição acabou”.

Visita

O futuro secretário da Casa Civil de Casagrande, Davi Diniz, foi visto entrando no gabinete do conselheiro Rodrigo Coelho, que há poucos meses era líder do governo Hartung na Assembleia. Nerr é para tanto se estranhar, uma vez que o próprio Coelho também já foi secretário de Casagrande, na gestão passada, período no qual foi colega de Diniz.



| DEZ ANOS DA OPERAÇÃO |

Manoel Rabelo: “Envergonhou a todos”

Desembargador tomou posse como presidente do Tribunal em 2010, após a Naufrágio

LETÍCIA GONÇALVES
NATALIA DEVENS

Um ano era 2010 quando ele chegou à presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), e o cenário ainda era de crise pós-Naufrágio. Logo nas primeiras sessões sob o seu comando, o desembargador Manoel Alves Rabelo buscou demonstrar que aquele seria o ano da pacificação e da tranquilidade.

Desde aquela época, o magistrado considerou como nobre sua função à fren-

te da Corte, um coroamento de sua carreira, embora lamentasse ter liderado a administração em uma fase tão conflituosa e turbulenta.

Quase dez anos depois de ter assumido a presidência do TJES, Rabelo, em entrevista para A GAZETA, considerou que os arranhões causados à imagem do Poder Judiciário ainda não estão totalmente superados.

“O tempo acaba fazendo com que as pessoas esqueçam, não se toca tanto na mesma tecla mais. Mas não está esquecido, pois o caso não foi resolvido. Esta demora em ter uma solução sobre esses problemas pendentes traz à baila



O desembargador Manoel Alves Rabelo presidiu o TJES

a ideia de que nada se resolveu”, avaliou.

Ele lembrou do constrangimento gerado. “Foi um fato que envergonhou a todos, principalmente as pessoas corretas, que levam a sério sua atividade e não se envolvem com este tipo de coisa. Não estou dizendo que eles são culpados, só ao final vamos ter certeza. Mas não é bom para a imagem do Tribunal que haja a suspeição em concursos públicos, envolvimento direto de desembargadores para o favorecimento de pessoas.”

Sobre a possibilidade de a denúncia da Operação Naufrágio voltar ao âmbito do Tribunal de Justiça, co-

mo entende o Ministério Público Federal, o desembargador considera que permaneceria a dificuldade de alcançar um quórum para julgamento. “A composição mudou, mas não muito. Grande parte dos desembargadores ainda está aqui. O quórum de suspeição ainda seria muito alto.”

Segundo o MPF, restam nove magistrados que, naquela época, manifestaram-se suspeitos ou impedidos. “É necessário que isso se resolva logo para que todos tenham paz, limpe o nome do Tribunal. É preferível um fim horroroso, do que um horror sem fim”, afirmou Rabelo.

| DEZ ANOS DA OPERAÇÃO |

AÇÕES DE IMPROBIDADE DA NAUFRÁGIO AINDA TRAMITAM

Casos são analisados de forma separada e em tempos diferentes

LETÍCIA GONÇALVES
NATALIA DEVENS

Enquanto a denúncia decorrente da Operação Naufrágio continua intocada no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com possibilidade de voltar ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), como A GAZETA mostrou na edição de ontem, há ações de improbidade administrativa que tramitam na Justiça capixaba também derivadas da operação que, dez anos atrás, abalou as estruturas do próprio Judiciário. Uma delas teve decisão publicada na semana passada.

A Naufrágio desvendou, de acordo com o Ministério Público Federal (MPF), “um modo de atuação empregado para a negociação de decisões judiciais, no âmbito do Tribunal de Justiça, para a criação de cartórios e para a influência em concursos públicos”.

A denúncia do MPF, na esfera criminal, é dividida em 14 “eventos”, em uma peça única. Já o Ministério Público Estadual (MPES) propôs ações de improbidade separadas, relativas a tais eventos. Ao contrário de ações penais, para



Policiais em frente ao Tribunal de Justiça, onde cumpriram mandados em 2008

as de improbidade não há foro privilegiado.

Na última terça-feira, foi publicada decisão do juiz Júlio César Costa de Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória, que considerou improcedente ação proposta, entre outros, contra o procurador de Justiça do MPES Eliezer Siqueira de Souza. Ele chegou a ser preso no dia 9 de dezem-

bro de 2008, apesar de não haver mandado de prisão contra ele, apenas de busca e apreensão. É que na casa do procurador a Polícia Federal encontrou armas sem registro. Souza foi solto no dia seguinte.

No que tange à Naufrágio mesmo, a acusação é de que o procurador teria emitido parecer favorável à soltura de um réu – preso por homicídio – a pedido

de um advogado que atuava, pela descrição do MPF, na quadrilha montada para influenciar decisões judiciais. O MPF denunciou o procurador por associação criminosa. Já foi extinta a punibilidade em relação ao suposto crime, devido à prescrição.

Pelos mesmos fatos o procurador foi alvo de ação de improbidade, ajuizada em outubro de

2013

Ano em que uma das ações de improbidade foi ajuizada. Somente em 2018 houve a resolução do caso.

2013. A resposta só veio em junho deste ano e foi publicada agora. O juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública entendeu que, de acordo com perícia realizada no computador do procurador, o parecer já estava pronto antes de diálogo interceptado pela PF entre Souza e o advogado que fez o pedido.

A reportagem entrou em contato com o MPES, que não respondeu se pretende recorrer. Atualmente, o procurador ocupa o cargo de ouvidor da instituição. Ele preferiu não se manifestar.

OUTROS CASOS

Cada ação tramita no seu próprio tempo. Outra, também de improbidade e localizada pela reportagem, trata da suposta existência de um esquema ilícito na instalação de cartórios no Estado, e envolve dez pessoas, várias delas

da família do ex-presidente do TJES Frederico Guilherme Pimentel e o próprio. A ação foi proposta em 2009. Após magistrados se declararem suspeitos para atuar no caso, ainda não há sentença. A última movimentação, de acordo com a busca processual no site do TJES, é do mês passado, intimando o MPES a se manifestar a respeito de uma possível conexão entre esta e outra ação de improbidade, que tramita sob sigilo.

Já em 2015, a família Pimentel se livrou de mais uma ação por improbidade, que tratava de possível fraude em concursos.

O ex-juiz Frederico Luis Schaider Pimentel, hoje advogado, diz que já foram, na verdade, duas ações de improbidade com absolvições para a família: “Foram duas ações. Nas ações de improbidade, posso fazer uma ampla produção de prova, inclusive pericial, para provar que a voz não era minha, de minha esposa, que envolvia outras pessoas, que não só a família Pimentel”.



CONTINUA pág. 17

TJES adotou medidas para conter a crise em 2008

Com o Estado em choque devido às revelações em relação ao Poder Judiciário do Espírito Santo na Operação Naufrágio, o Tribunal de Justiça (TJES) precisou adotar medidas urgentes como resposta, numa tentativa de resgatar a credibilidade da instituição.

Com a prisão do então presidente, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, coube ao vice, Alvaro Bourguignon, assumir interinamente o

cargo desde aquele 9 de dezembro de 2008.

Três dias depois, sob a condução de Bourguignon, o Tribunal anunciou as medidas do primeiro “pacote ético” do TJES. Nele, os desembargadores decidiram afastar das funções os magistrados e os servidores envolvidos no inquérito.

A Corte determinou ainda a exoneração dos servidores envolvidos na investigação de seus cargos comissionados, o aprimoramento

da distribuição dos processos e a terceirização dos concursos para juiz substituto e para servidores.

Pouco depois, no dia 16 de dezembro, vieram novas medidas da “reunião da crise”. Além de abrir procedimentos administrativos disciplinares (PAD) contra todos os suspeitos, o Tribunal proibiu os servidores de manusear qualquer processo em que estivessem envolvidos juízes ou desembargadores

com os quais aquele servidor tivesse parentesco.

Ainda em dezembro daquele ano, aprovou-se uma resolução antinepotismo, determinando a exoneração de parentes de juízes e desembargadores que ocupassem cargos em comissão no Judiciário. Embora muitos dos servidores fossem concursados, ocupavam função gratificada, com acréscimo de 65% no salário, que era o caso de 69 pessoas.

Ao se despedir da presidência, no final de 2009, Bourguignon reafirmou a importância desta atitude. “Com uma série de medidas corajosas e sempre por unanimidade – faço questão de frisar – o TJES reagiu à crise adotando providências inéditas, que ficaram conhecidas pela imprensa como operação resgate, e que tiveram por objetivo restaurar a sua imagem”, afirmou o desembargador, na época.



TJES: ações foram implementadas



jando toda a minha vida. E essa nuvem não foi embora, ela continua, não tem decisão sobre isso”.

O advogado Flávio Cheim Jorge, também entre os denunciados, adota o mesmo tom: “A correção da minha atuação profissional foi reconhecida por decisão judicial da ministra Laurita Vaz (STJ); pelo Ministério Público do Espírito Santo; pela OAB-ES; e por manifestação pública de diversos juristas de renome nacional, que endossaram a ilegalidade da denúncia. Por isso, infelizmente, a prescrição é uma resposta aquém daquela que deveria ser dada pelo Judiciário”.

E enquanto a denúncia não é recebida, ou seja, não se decide quem vai se tornar réu e responder à ação penal e quem não vai, o prazo de prescrição continua contando. A denúncia é de 2010, mas alguns dos crimes apontados ocorreram muito antes. Após o recebimento da denúncia, o prazo prescricional passa a contar a partir daí e não mais em relação aos fatos

narrados, o que reduz a chance de algo “caducar”.

Procurada pela reportagem, a Procuradoria-Geral da República não se manifestou, devido ao sigilo imposto. Pelo andamento no site do STJ é possível conferir que o caso está no gabinete do relator.

A DENÚNCIA

Tudo envolve muitos papéis. O processo da

“

É como se passasse uma nuvem sujando toda a minha vida. E essa nuvem não foi embora, não tem decisão”

— UM DOS DENUNCIADOS, SOB ANONIMATO

Naufrágio já teve 31 volumes e 136 apensos e hoje, provavelmente, já ultrapassa essa marca. Um advogado que acompanha o caso diz que apenas há cerca de um ano os autos foram digitalizados no STJ, mais um fator para a morosidade.

Em 4 de fevereiro de 2010, o então subprocurador-geral da República, Carlos Vasconcelos, — hoje aposentado — elencou 14 itens, chamados de “eventos”, cada um diz respeito a situações que, para o MPF, configuram crimes. Os denunciados são relacionados aos devidos eventos, ou seja, nem todos são apontados como partícipes de todas as irregularidades.

O evento “quadrilha”, por exemplo, traz algumas das mais graves acusações feitas pelo Ministério Público: “Os denunciados efetivamente promoveram intervenções em ações judiciais, transformando o tribunal em um rentável balcão de negócios”. O crime de associação criminosa, no en-

tanto, já prescreveu para todos os denunciados.

O recebimento da denúncia, entretanto, seria apenas um passo — importante, por certo — para o prosseguimento do caso, mas o desfecho ainda estaria distante.

FUTURO

Apartir do recebimento da denúncia começa a fase de instrução, para apontar provas e ouvir testemunhas. E sobre fatos ocorridos, ressalte-se, muito tempo atrás. Há, claro, documentos e gravações de áudio compilados pela investigação.

Somente depois da análise de tudo isso e da apresentação da defesa de todos os réus é que haveria o julgamento em si para condenar ou absolver os denunciados. Ainda seria possível apresentar recursos. Ou seja, é bem provável que daqui a alguns anos o leitor se depare com outras páginas de A GAZETA retratando o andamento — ou o não andamento — da Naufrágio nos escaninhos da Justiça.

A OPERAÇÃO NAUFRÁGIO

O caso teve grande repercussão em 2008 no Espírito Santo e no país, mas até o momento ninguém foi julgado criminalmente.

7 DE ABRIL DE 2008

OPERAÇÃO TITANIC

Nessa operação, sobre um esquema de sonegação fiscal envolvendo o empresário Adriano Scopel, a polícia interceptou telefonemas que conduziram aos indícios de crimes cometidos por membros do Judiciário.

9 DE DEZEMBRO DE 2008

OPERAÇÃO NAUFRÁGIO É DEFLAGRADA

A Polícia Federal cumpriu 24 mandados de busca e apreensão. Houve a prisão temporária de sete pessoas, entre elas, desembargadores, juiz, servidora do Tribunal de Justiça (TJES) e advogados, investigados pela suposta negociação de decisões judiciais.

12 DE DEZEMBRO DE 2008

SOLTOS

O então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, e outros seis presos na Operação Naufrágio deixaram a prisão.

18 DE DEZEMBRO DE 2008

AFASTAMENTOS

O Tribunal decidiu afastar os desembargadores Frederico Guilherme Pimentel, Elpídio José Duque e Josenider Varejão Tavares do cargo. O juiz Frederico Luis e a servidora Bárbara Sarcinelli já haviam sido afastados.

4 DE FEVEREIRO DE 2010

A DENÚNCIA

O Ministério Público Federal (MPF) encerrou as investigações e apresentou, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, denúncia contra 26 pessoas investigadas pela Operação Naufrágio, depois de 14 meses de investigações em sigilo.

17 DE NOVEMBRO DE 2010

MUDANÇA DE FORO

O STJ determinou a remessa do caso ao TJES, tendo em vista que todos os desembargadores denunciados, que tinham foro no STJ, já estavam aposentados. Restaram, ainda, no entanto, juízes e um procurador entre os acusados.

24 DE ABRIL DE 2013

IMPEDIMENTO

Depois que mais da metade dos então 23 desembargadores foi considerada não isenta para julgar o caso, a denúncia da Naufrágio foi para o Supremo Tribunal Federal (STF).

JUNHO DE 2015

PROMOÇÃO

Por conta da promoção de Robson Albanes a desembargador, a 2ª Turma do STF decidiu, após julgar embargos de declaração, enviar a denúncia para o STJ.

15 DE AGOSTO DE 2018

EM ANÁLISE

Após o caso ter sido pautado pelo ministro Francisco Falcão, do STJ, ele o retirou de pauta, para que o Ministério Público pudesse se manifestar sobre o foro privilegiado de desembargador.

| DEZ ANOS DA OPERAÇÃO |

DENUNCIADOS E SOCIEDADE À ESPERA DE JULGAMENTO

Naufrágio teve consequências administrativas a alguns envolvidos

▲ LETÍCIA GONÇALVES
▲ NATÁLIA DEVENS

No dia 9 de dezembro de 2008, a Polícia Federal bateu à porta do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e de residências até então insuspeitas. Já às 7 horas da manhã, a sede do Poder Judiciário foi trancada e funcionários foram impedidos de assumir o trabalho para que fossem

cumpridos mandados de busca e apreensão. Sete pessoas foram presas e levadas para a sede da Polícia Federal, de onde seguiriam para Brasília.

A Operação Naufrágio surpreendeu, na época, não só pelos postos de prestígio ocupados pelas pessoas investigadas, mas também pela forma como se desdobrou. Logo em uma das pri-

meiras apreensões, naquela manhã, foram encontrados R\$ 500 mil em dinheiro vivo na casa do desembargador Elpídio José Duque. Os policiais federais precisaram requisitar ao Banco do Brasil uma máquina para fazer a contagem das cédulas.

Um servidor, durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão e diante da chegada dos po-

liciais, pegou pastas com documentos que tinha em casa, que revelariam irregularidades, e jogou pela janela. Mas havia agentes também do lado de fora, que recolheram todos os papéis.

Em interceptações telefônicas feitas com autorização da Justiça, códigos de todo tipo eram usados, de acordo com o MPF, para tratar de dinheiro recebido por parte do

grupo investigado: mandioca, bala, convite, bolo ou agulha, segundo a denúncia. Houve, ainda, a frase icônica do desembargador Josenider Varejão: “Abaixo de Deus, nós é que botamos para quebrar”.

Enquanto na esfera criminal o caso segue sem apreciação, em questão de meses após a operação o caso já gerou consequências

para os investigados. Entre aqueles que eram vinculados ao Tribunal de Justiça houve demissões e aposentadorias compulsórias, pena máxima na magistratura.

A reportagem procurou alguns dos personagens que protagonizaram o caso para mostrar a situação em que se encontram hoje, e o que têm a dizer sobre a falta de desfecho.

GABRIEL LORDELO - 08/06/2011



Fredinho Pimentel, ex-juiz, atua como advogado hoje

GABRIEL LORDELO - 25/06/2009



Larissa Pimentel foi aposentada compulsoriamente

WALTER MONTEIRO - 15/03/2007



Frederico Pimentel teve aposentadoria compulsória

Família Pimentel no foco da operação

Afastamento de cargos e aposentadoria compulsória foram punições a membros

▲ Nove pessoas de um mesmo núcleo familiar estiveram sob o foco das investigações da Operação Naufrágio, acusados de formar uma quadrilha que atuaria na negociação de decisões judiciais, no âmbito do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), na criação e no controle do faturamento de cartórios e na influência em concursos públicos.

Isso ocorreu em um período em que trabalhavam no TJES sete parentes do então presidente, desembargador Frederico Guilherme Pimentel: seus quatro filhos, o juiz Frederico Luis Schaider Pimentel, o Fredinho, e as servidoras Dione, Larissa e Roberta Schaider Pimentel; a juíza Larissa Pignaton Sarcinelli Pimentel, esposa

de Fredinho; a servidora e irmã da juíza, Bárbara Pignaton Sarcinelli, e o assessor da Presidência e namorado de Roberta, Leandro Sá Fortes. O advogado e marido de Dione, Henrique Arruda, também teria envolvimento nos casos.

Segundo o Ministério Público, “o animus de associação, de forma duradoura e estável, para a prática de ilícitos penais, civis e administrativos, está retratado no modo de atuação empregado pela família”, e “o aconchego doméstico do desembargador Frederico Pimentel foi palco de importantes reuniões para discutir negócios de família”.

O desembargador aposentado Frederico, o ex-juiz Fredinho e a ex-servidora Bárbara Sarcinelli estiveram entre os presos no dia em que a operação foi deflagrada, há exatos 10 anos. Três dias depois, foram liberados

e, naquela mesma semana, afastados de seus cargos no Tribunal de Justiça.

Após a conclusão de processos administrativos disciplinares, receberam a pena de demissão, no ano de 2009, Leandro Fortes, Bárbara Sarcinelli e as filhas do então desembargador, Dione e Roberta Pimentel. A outra filha, Larissa, recebeu a pena de suspensão por 30 dias.

Em fevereiro de 2010, a juíza Larissa Pignaton foi punida com aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Aos 33 anos na época, ela ficou por sete magistratura.

Um mês depois, o juiz Fredinho recebeu a pena de demissão do cargo, por unanimidade dos votos do plenário do TJES. Ele foi totalmente desligado do cargo pois ainda cumpria o chamado estágio probató-

rio – período de dois anos em que o magistrado passa por avaliação para ter a garantia da vitaliciedade.

Em maio do mesmo ano, o desembargador Frederico Pimentel também foi punido com aposentadoria compulsória, após 37 anos na magistratura. Ele completaria 70 anos em 2011, idade em que obrigatoriamente se aposentaria.

Hoje, o desembargador aposentado Frederico Pimentel recebe R\$ 30,4 mil pela aposentadoria do TJES, e passa boa parte da semana em sua propriedade no interior do Estado. Já a ex-juíza Larissa recebe R\$ 8,9 mil como aposentadoria proporcional e não voltou a atuar na área de Direito.

Roberta, filha do desembargador, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre sua demissão, e a Corte anulou a decisão e

determinou que ela fosse reintegrada ao trabalho no Judiciário, em 2014. Ela recebeu R\$ 324,4 mil pelos salários retroativos ao período que esteve fora da função. Hoje, ela e a irmã Larissa Pimentel Cortes trabalham como assessoras judiciais em Varas da Grande Vitória.

Leandro Sá Fortes atua na Procuradoria Municipal de Marataízes.

SOLUÇÃO

O ex-juiz Fredinho teve o pedido para retomar a inscrição na OAB negado em 2011, e recorreu à Justiça para voltar a advogar. Em

8,9

mil reais

É o salário da juíza Larissa Pignaton Sarcinelli Pimentel, pela aposentadoria compulsória proporcional.

2015 recebeu novo registro. Em conversa com a reportagem, ele reclamou da forma como foram conduzidos os processos administrativos no TJES. “O julgamento foi totalmente político, não se ateu aos fatos em apuração e não nos permitiu produzir provas”, afirmou, na última quarta-feira.

Fredinho também criticou a demora para a apreciação da denúncia criminal. “Nós sonhávamos com esta análise da denúncia à época dos fatos, para poder comprovar à sociedade que nem eu nem os membros da família Pimentel cometemos nenhum crime. Quem sofre a maior consequência com a prescrição somos nós, pois nunca mais vamos poder fazer prova de nossa inocência. É indiferente se o julgamento for aqui ou em Brasília. Queremos uma solução”, disse.

DENUNCIADOS E ACUSAÇÕES

TRÂMITE

DENÚNCIA

Após 14 meses da Operação Naufrágio ter sido deflagrada, o Ministério Público Federal (MPF) encerrou a investigação e apresentou denúncia contra 26 pessoas, em fevereiro de 2010.

ANÁLISE

Até o momento, a Justiça ainda não decidiu se recebe ou não a denúncia formulada pelo Ministério Público. O caso está no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Somente se ela for aceita, os denunciados passam à condição de réus e começam a responder um processo judicial.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESEMBARGADOR

ALINALDO FARIA DE SOUZA

- ▶ Corrupção passiva privilegiada (3 vezes);
- ▶ Prevaricação: prescrito.

DESEMBARGADOR ELPÍDIO JOSÉ DUQUE (FALECIDO)

- ▶ Associação criminosa;
- ▶ Corrupção passiva majorada;
- ▶ Corrupção passiva privilegiada.

DESEMBARGADOR FREDERICO GUILHERME PIMENTEL

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva majorada (2 vezes): prescrito;
- ▶ Corrupção passiva privilegiada: prescrito;
- ▶ Advocacia administrativa qualificada (2 vezes): prescrito;
- ▶ Violação de sigilo funcional qualificado repetidamente: prescrito;
- ▶ Estelionato majorado: prescrito;
- ▶ Peculato;
- ▶ Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.

DESEMBARGADOR JOSENER VAREJÃO (FALECIDO)

- ▶ Associação criminosa;
- ▶ Corrupção passiva majorada;
- ▶ Advocacia administrativa qualificada;
- ▶ Corrupção ativa majorada;
- ▶ Exploração de prestígio majorada.

JUIZ CRISTÓVÃO DE SOUZA PIMENTA

- ▶ Corrupção passiva majorada.

JUIZ FREDERICO LUIS SCHAIDER PIMENTEL

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Advocacia administrativa qualificada: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva majorada (2 vezes);
- ▶ Exploração de prestígio (2 vezes).

JUÍZA LARISSA PIGNATON SARCINELLI PIMENTEL

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva majorada.

JUIZ ROBSON ALBANEZ (HOJE DESEMBARGADOR)

- ▶ Corrupção passiva majorada.

BÁRBARA PIGNATON SARCINELLI (SERVIDORA)

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva privilegiada (3 vezes): prescrito;
- ▶ Prevaricação: prescrito;
- ▶ Falsidade ideológica;
- ▶ Corrupção passiva majorada;
- ▶ Peculato;
- ▶ Abandono de função qualificada.

DIONE SCHAIDER PIMENTEL ARRUDA (SERVIDORA)

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva majorada.

LARISSA SCHAIDER PIMENTEL CORTES (SERVIDORA)

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva majorada.

LEANDRO SÁ FORTES (ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA)

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva majorada.

ROBERTA SCHAIDER PIMENTEL CORTES (SERVIDORA)

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Advocacia administrativa qualificada: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva majorada.

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR ELIEZER SIQUEIRA DE SOUZA

- ▶ Corrupção passiva privilegiada: prescrito.

POLÍTICOS

VEREADOR DE VITÓRIA ALOÍSIO VAREJÃO

- ▶ Corrupção ativa majorada.

PREFEITO FRANCISCO JOSÉ PRATES DE MATOS, DE PEDRO CANÁRIO

- ▶ Crime de responsabilidade;
- ▶ Corrupção ativa majorada.

DILSON ANTÔNIO VAREJÃO (ASSESSOR DO VEREADOR ALOÍSIO VAREJÃO)

- ▶ Corrupção ativa;
- ▶ Exploração de prestígio majorada.

ADVOGADOS

FELIPE SARDEMBERG MACHADO

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Corrupção ativa majorada.

FLÁVIO CHEIM JORGE

- ▶ Associação criminosa: prescrito.

GILSON LETAIF MANSUR FILHO

- ▶ Exploração de prestígio;
- ▶ Advocacia administrativa qualificada;
- ▶ Corrupção ativa majorada.

HENRIQUE ROCHA MARTINS ARRUDA

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva majorada.

JOHNNY ESTEFANO RAMOS LIEVORI

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Exploração de prestígio (2 vezes);
- ▶ Corrupção ativa majorada.

PAULO GUERRA DUQUE

- ▶ Associação criminosa: prescrito;
- ▶ Corrupção passiva majorada (2 vezes);
- ▶ Exploração de prestígio (3 vezes);
- ▶ Corrupção ativa majorada.

PEDRO CELSO PEREIRA (FALECIDO)

- ▶ Associação criminosa;
- ▶ Exploração de prestígio (2 vezes);
- ▶ Corrupção ativa (3 vezes);
- ▶ Advocacia administrativa qualificada (3 vezes).

EMPRESÁRIOS

ADRIANO SCOPEL

- ▶ Corrupção ativa majorada.

PEDRO SCOPEL

- ▶ Corrupção ativa majorada.

| DEZ ANOS DA OPERAÇÃO | Magistrados atuam no Tribunal de Justiça

Robson Albanez foi promovido ao Pleno em 2014, e Cristóvão Pimenta atua na Corte

TJES/DIVULGAÇÃO - 25/09/2015

CARLOS ALBERTO SILVA - 15/02/2006



Robson Albanez e juiz Cristóvão de Souza Pimenta

◀ O MPF acusa o desembargador Robson Albanez de, quando juiz, ter decidido em favor de cliente do advogado Gilson Mansur Filho em uma ação de execução, tendo como contrapartida a influência do advogado no processo de escolha dos futuros desembargadores do TJES. Depois da Naufrágio, Albanez foi preterido, duas vezes, na promoção ao Pleno. Mas conseguiu chegar lá em setembro de 2014, pelo critério de antiguidade.

Advogado de Albanez, Raphael Câmara diz que a situação do desembargador “é a mais angustiante”. “Ele foi absolvido em todas as instâncias administrativas.

Ficou demonstrado que, na verdade, a decisão que o desembargador Robson deu nesse processo foi prejudicial ao advogado”, afirmou.

Já o juiz Cristóvão Pimenta, segundo o MPF, proferiu despacho sob influência do desembargador Josenider Varejão para beneficiar um primo deste. O magistrado

atua como desembargador substituto e, por meio da assessoria do TJES, afirmou que foi absolvido administrativamente e em ação de improbidade. Ele também diz que a decisão a qual é acusado de proferir nunca existiu e quer uma rápida decisão quanto ao caso na esfera criminal.

Desembargadores denunciados

◀ Dos quatro desembargadores denunciados pela Operação Naufrágio, dois já faleceram: Josenider Varejão, em 2011, e Elpídio Duque, em junho deste ano.

Elpídio se aposentou ainda durante as investigações, em abril de 2009, e não sofreu punições administrativas. Ele foi acusado de conceder decisões que beneficiavam os envolvidos no esquema, por meio da atuação de seu filho, o advogado Paulo Duque.

Josenider teve a pena de aposentadoria compulsória. Ele foi apontado como responsável por convencer



Alinaldo está aposentado; Elpídio e Josenider faleceram

outros desembargadores, servidores e juizes a atender determinados interesses.

Já o desembargador Alinaldo Faria de Souza antecipou, em 2009, a própria aposentadoria. Ele foi acusado de se deixar influenciar, principalmente, por Joseni-

der para, por exemplo, adiar o julgamento de um processo. Advogado de Alinaldo, Raphael Câmara contesta: “Foram despachos e decisões normais, sem qualquer excesso ou celeridade maior”. Todos os crimes imputados já prescreveram.

Scopel: alvo de operação anterior

RICARDO MEDEIROS - 07/06/2018



O empresário Adriano Scopel foi preso em 2008

◀ Os indícios de crimes cometidos por membros do Judiciário capixaba foram identificados pela Polícia Federal a partir de interceptações telefônicas da Operação Titanic, que desvendou um esquema de sonegação fiscal em abril de 2008, e realizou a prisão do empresário Adriano Scopel.

Nas ligações, houve a suspeita de que Adriano, e seu pai, Pedro Scopel, tentavam reverter uma decisão contrária a seus interesses, em um processo em que disputavam com outra empresa o controle

de combustíveis no Estado. Os advogados do empresário foram procurados, mas não deram retorno à reportagem.

Na última semana, Adriano Scopel foi preso novamente em operação que investiga adulteração de combustíveis no Estado. Os advogados do empresário foram procurados, mas não deram retorno à reportagem.

Na última semana, Adriano Scopel foi preso novamente em operação que investiga adulteração de combustíveis no Estado. Os advogados do empresário foram procurados, mas não deram retorno à reportagem.

CONTINUA AMANHÃ

PAINEL

Fila no cárcere

Um ministro do STF diz que esse desfecho alimentaria pressões sobre a Corte. Segundo ele, advogados de presos que contam com os benefícios do indulto poderiam entrar com habeas corpus para que a vontade da maioria dos ministros prevaleça.

Sem perdão

A ordem no Palácio do Planalto é não tratar do decreto de indulto natalino deste ano antes que o Supremo Tribunal Federal encerre a discussão sobre o de 2017, que afrouxou as regras para concessão de perdão a condenados. Ao julgar ação que suspendeu os efeitos do decreto, a maioria dos ministros da Corte defendeu as prerrogativas do chefe do Executivo e votou pela manutenção do texto original, mas um pedido de vista de Luiz Fux interrompeu o julgamento há uma semana.

Caminhoneiros ameaçam greve no Estado amanhã

Tabela do frete faz empresas buscarem alternativas

As incertezas em torno da nova tabela de frete mínimo têm levado as empresas a buscarem alternativas para escapar do aumento de custos. Quase 70% das companhias estudam estratégias diferentes para transportar suas mercadorias, como a aquisição de frota própria, uso de outros modais de transporte (como ferrovias e transporte marítimo) e até a compra de transportadora.

Uma pesquisa feita pela consultoria Integration com 27 grandes companhias, cujos gastos com frete chegam a R\$ 2 bilhões por ano, revela que as empresas ainda têm muitas dúvidas sobre a lei do frete.

Para 40% delas, não há nitidez suficiente nas regras para aplicá-las no dia a dia.

“A questão do frete de retorno, por exemplo, é um assunto que ainda gera muitas dúvidas e preocupações”, afirma o sócio diretor da consultoria de estratégia e gestão de empresas, Luis Videira.

De acordo com a pesquisa da Integration, 55% das empresas esperam aumento superior a 20% nos gastos com transporte e logística. Por isso, as empresas buscam alternativas. A mais comum é a formação de frota própria.

Cerca de 57% das empresas pesquisadas afirmaram que estão tentando criar uma frota interna de caminhões. A estratégia foi adotada, por exemplo, pelo grupo JBS que comprou 360 caminhões em agosto e já recebeu os veículos.

A Amaggi comprou 300 caminhões que começarão a ser entregues em fevereiro.

Revoltada com decisão de ministro do STF que suspende multas a quem descumprir tabela do frete, categoria avalia nova paralisação

Rafael Guzzo

O Brasil vai parar novamente, em pleno fim de ano, por conta de uma nova greve dos caminhoneiros? A categoria avalia mais uma paralisação a partir de amanhã em todo o País, inclusive no Espírito Santo.

Um dos líderes do movimento grevista que durou 10 dias em maio deste ano, Ubirajara Nobre, o Bira, disse que há discussões em grupos de WhatsApp com lideranças de várias regiões do País para avaliar uma nova paralisação.

O motivo é a decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a aplicação de multas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) às empresas que pagarem valores abaixo do estabelecido na tabela do frete, instituída pelo governo após a paralisação de maio.

“Será uma forma de mostrar que a classe está insatisfeita com a decisão do ministro. Impediu que a ANTT aplique multas contra quem faz coisa errada, é como pegar um radar na



CAMINHONEIROS parados na BR-101 em Viana, durante a greve de maio: categoria aguarda recurso da AGU

rodovia, num ponto em que há risco de acidentes, e decidir que o aparelho não pode mais penalizar o infrator. Absurdo”, disse Bira.

Os caminhoneiros aguardam da Advocacia-Geral da União (AGU) uma solução para reverter a decisão de Fux. Segundo Bira, o movimento está em contato com a titular do órgão, a ministra Grace Mendonça, que prometeu entrar

com recurso até amanhã, mas até o momento a AGU não conseguiu êxito na questão. Bira descartou que possa haver greve apenas no Estado. “Não adianta um parar se o outro não aderir”, comentou.

IMPACTO

O movimento de maio deixou a população sem produtos, como combustíveis, alimentos e remé-

dios, e prejudicou até o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Bira, porém, acredita que, se houver uma nova greve, não será com bloqueio de rodovias. “Em maio, a paralisação não foi dos caminhoneiros, foi da população, que estava revoltada com a corrupção, com o aumento no preço dos combustíveis... Agora o clima é diferente, creio que será algo menos forte.”



CAMINHONEIROS paralisaram atividades e bloquearam estradas em maio

Caminhoneiros estudam fazer nova greve

Líderes da categoria reagiram à decisão do ministro Luiz Fux, do STF, de suspender multas por fretes abaixo do valor tabelado

Em reação à decisão tomada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, grupos de caminhoneiros passaram a mobilizar, por WhatsApp, uma possível paralisação. O movimento ainda é incipiente e há dúvidas se vai se propagar.

Fux decidiu suspender a aplicação de multas na última quinta, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pelo descumprimento dos preços mínimos para serviços de frete rodoviário.

As punições ficam suspensas até que o STF decida sobre a constitucionalidade do tabelamento, que os caminhoneiros preferem chamar de "piso mínimo".

A medida atendeu pedido formulado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) protocolada no dia 13 de novembro. A entidade argu-

mentou que as multas estavam sendo aplicadas pelo descumprimento de uma tabela que não foi feita conforme manda a lei.

A legislação prevê que os preços serão fixados após uma discussão entre os caminhoneiros, o governo e os usuários dos serviços de transporte. Mas os preços aplicados pela ANTT não foram determinados dessa forma. São ainda de uma tabela feita às pressas em maio passado para acabar com a greve.

Pela falta de base legal para as multas, a entidade pediu a suspensão das punições. Para os caminhoneiros, foi um duro golpe. A fiscalização pela ANTT era a única forma de assegurar o cumprimento dos pisos mínimos, uma vez que muitas empresas embarcadoras se recusavam a seguir a tabela.

A decisão de Fux causou revolta entre os motoristas autônomos de várias partes do País. As informações são da Agência Estado.

ESTADO

Representantes dos caminhoneiros no Espírito Santo foram procurados pela reportagem para falar sobre a possibilidade de uma nova paralisação, mas nenhum deles retornou os contatos.

Bloqueio de celulares piratas a partir de hoje

Cerca de 100 mil celulares adulterados, piratas, contrabandeados, roubados, furtados ou extraviados serão bloqueados a partir de hoje no Estado pela Anatel. Entre eles, mais de sete mil foram notificados desde setembro e terão as linhas bloqueadas até fevereiro de 2019.

A desativação ocorre também, a partir de hoje, no Acre, Mato Gros-

so, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins.

Quem ativou celular irregular a partir de 23 de setembro recebeu a mensagem: "Pela Lei 9472, este celular está irregular e não funcionará nas redes celulares em 75 dias". É encaminhado outro alerta em 50 dias e depois 25 dias antes do bloqueio.

Álvares ganha na Justiça direito sobre ginásio

Local era administrado por uma empresa terceirizada que deixou de pagar aluguel e luz, criando dívida de cerca de R\$ 600 mil

Jéssica Trucat

O ginásio poliesportivo conhecido como Arena Vitória, o maior do Estado e que sedia, além de competições esportivas, grandes shows realizados na capital, agora é oficialmente do Clube de Natação e Regatas Álvares Cabral.

De acordo com o presidente do clube, Fernando Coutinho Bissoli, foi preciso recorrer à Justiça pedindo o direito ao ginásio, que há nove anos estava sob responsabilidade de uma empresa terceirizada.

“Desde outubro do ano passado eles não estavam pagando aluguel e nem a luz. Ficamos com prejuízo de R\$ 600 mil. Eles queriam renovar o contrato por mais 10 anos. Por precaução, decidimos retomar”, explicou.



GINÁSIO do Álvares Cabral voltou para a administração do clube após nove anos nas mãos de empresa terceirizada

Bissoli ressaltou, ainda, que o locatário queria reduzir o valor do aluguel. “A volta do ginásio para o Álvares representa um investimento que faremos nos esportes olímpicos. Também vamos re-

mar as atividades na nossa sede social”, disse o presidente do clube.

O Álvares Cabral, segundo Bissoli, entrará 2019 com boas expectativas. “A ideia é aumentar o número de shows para suprir a falta de paga-

mento. Estamos recebendo propostas e, até mesmo, escolas que querem usar o ginásio. Depois do sucesso do evento Casa Cor, que vai deixar R\$ 800 mil, vamos respirar mais esportes e cultura”, contou.

ENTENDA O CASO

Histórico

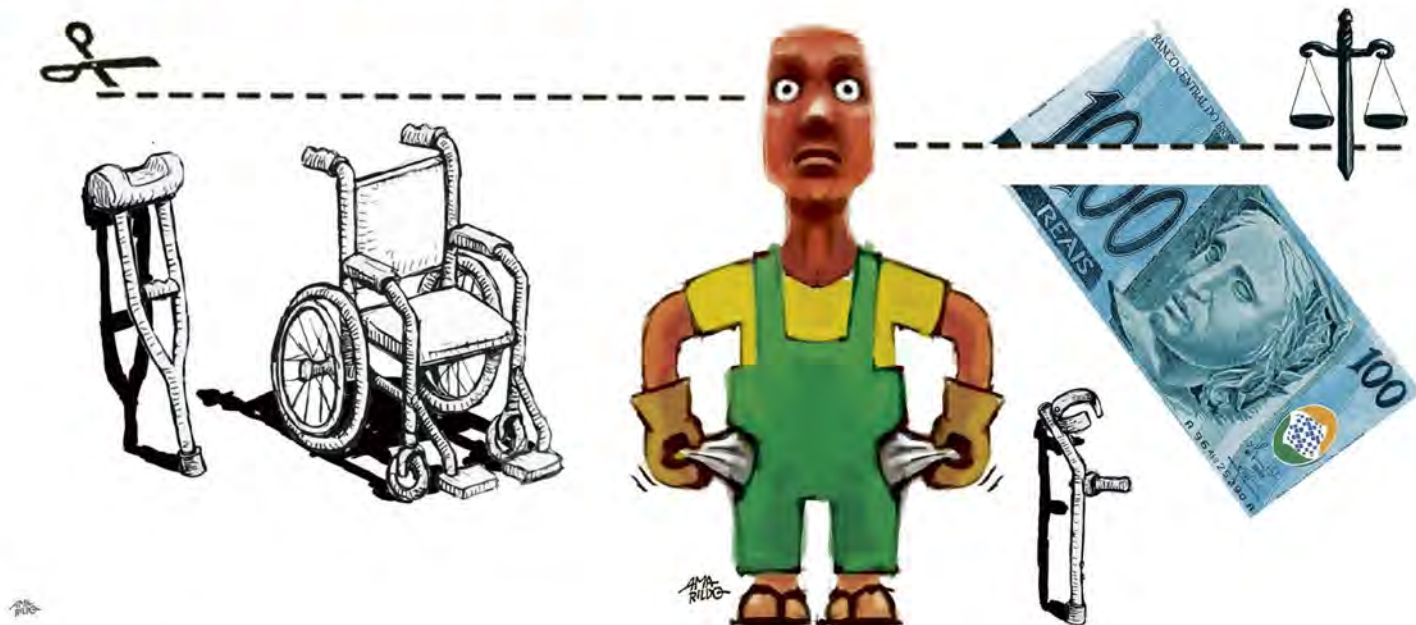
- > O GINÁSIO poliesportivo do Clube de Natação e Regatas Álvares Cabral, em Vitória, foi alugado em 2009 para uma empresa terceirizada.
- > O LOCAL passou a ser chamado de Arena Vitória e sedia, além de competições esportivas, grandes shows realizados na capital.
- > O VALOR para o aluguel era de R\$ 34 mil. Entretanto, segundo a direção do clube, desde outubro do ano passado não estavam sendo pagos nem o aluguel e nem a luz, resultando em um prejuízo em tomo de R\$ 600 mil.
- > APESAR da inadimplência, a empresa queria renovar o contrato por mais 10 anos.
- > POR ISSO, o clube entrou na Justiça para reaver o direito ao ginásio.
- > A PARTIR de segunda-feira, o ginásio volta a ser administrado pelo Álvares.
- > A EMPRESA que alugou o espaço foi procurada pela reportagem, mas até o fechamento desta edição não deu retorno.

Futuro

- > AUMENTAR o número de shows para suprir a falta de pagamento. Em fevereiro terá show infantil e religioso.
- > INVESTIR em sede social que estará sendo retomada em maio do ano que vem.
- > OUVIR NOVAS propostas, como escolas que pretendem usar o ginásio e aumentar a visibilidade dos 15 esportes olímpicos no local.

Fonte: Clube Álvares Cabral.

| EFEITOS DO PENTE-FINO |



AÇÕES NA JUSTIÇA PARA TER BENEFÍCIO DE VOLTA

Trabalhadores tentam reverter cortes feitos pelo governo federal

de GERALDO CAMPOS JR
gcjunior@redgazeta.com.br

Iniciado em 2016, o pente-fino do governo federal cortou milhares de benefícios previdenciários até aqui. Só no Espírito Santo, foram realizadas 16.073 perícias de revisão que cessaram mais de 8,4 mil auxílios-doença e aposentadorias por invalidez, segundo números do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o que mostra que mais da metade dos benefícios analisados no Estado foram cortados.

Se por um lado o governo alega o fim da necessidade de continuidade do benefício e justifica a medida na necessidade de corte de gastos, por outro, inúmeros segurados capixabas que eram beneficiários dos pagamentos se dizem injustiçados com a medida e estão recorrendo à Justiça para reverter a situação.

Esse é o caso de um tra-

balhador da Serra de 39 anos que pediu para não ser identificado, que desde 2004 estava aposentado por invalidez após determinação judicial em função do diagnóstico de uma doença rara que causa desmaios e dores recorrentes. Em junho deste ano, ele teve o pagamento bloqueado e foi convocado a passar pela perícia. Ele foi, levou os exames e laudos que comprovam a patologia, mas depois a notícia foi ainda pior: a de que seu benefício foi cessado.

“Eles falaram que foi suspenso porque eu estaria apto ao trabalho, mas isso é sem lógica. Tenho um problema de saúde grave, anti-go, que me faz tomar cinco remédios controlados por dia. Por causa disso minha rotina é quase só dormir. Como vou trabalhar assim?”, indaga o segurado, que antes trabalhava como auxiliar de almoxarifado. Agora,

“Tenho um problema de saúde que me faz tomar 5 remédios controlados por dia. Por isso eu quase só durmo. Como trabalhar assim?”

X. APOSENTADO, 39 ANOS

ele deposita as esperanças na Justiça. “Estou confiando que a justiça vai ser feita, porque minha situação é dramática. Se não fosse minha família me ajudando não sei o que iria arrumar”.

CORRIDA

Assim como para o aposentado, a Justiça tem se tornado a última esperança de várias pessoas que tiveram o benefício cortado. Como as suspensões tem crescido e

revertê-las administrativamente junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é quase impossível, segundo especialistas, uma verdadeira corrida aos Juizados Especiais Previdenciários da Justiça Federal tem sido vista no Estado.

Em quatro anos, o número de processos em matéria previdenciária nos Juizados Especiais Federais de Vitória praticamente dobrou, de 4.888 em 2014 para 9.254 neste ano (até o início de dezembro). De acordo com o juiz federal Rogério Moreira Alves, titular do 3º Juizado Especial Federal - Previdenciário, a operação pente-fino vem contribuindo para elevar o volume de processos novos desde 2017 em cerca de 25%.

“A operação começou em 2016 e o impacto no Judiciário começou a ser sentido em 2017. Isso tem contribuído para um aumento da

“Eu fiz a perícia e levei o laudo que mostrava que o meu glaucoma tinha piorado. Reduziram o valor e vão cortar o benefício. Por isso já fui à Justiça”

Y. APOSENTADO, 59 ANOS

demanda que, entre outras coisas, vem acarretando mais demora na conclusão dos processos judiciais”, afirma o magistrado.

Um desses processos é de um aposentado por invalidez de 59 anos. Ele tem glaucoma e, por isso, perdeu a visão do olho direito e enxerga quase nada pelo esquerdo. O segurado foi chamado para a perícia, levou os exames e laudos que mostraram que sua situação tinha piorado

com o tempo. Apesar disso, ele teve o valor do benefício reduzido em 50% e recebeu uma data-fim para o pagamento, em 2020. “Daqui a dois meses o valor vai cair e, em 2020, eu vou perder a aposentadoria. Se eu não entrar na Justiça agora e deixar isso pra frente vai ser pior. E o meu caso é comprovado, é uma enfermidade que não tem cura e que só avança e piora. Não tem como trabalhar assim”.

Para o advogado especialista em Direito Previdenciário Geraldo Benício, esse desespero tem sido comum. “A maioria das pessoas que tem o benefício cortado está desesperada buscando a proteção judicial. E o pior é que é uma situação que afeta em maior proporção as pessoas mais humildes, que não têm condição de pagar médicos e exames particulares para provarem a necessidade”.

| EFEITOS DO PENTE-FINO |

FALTA RECURSO PARA PERÍCIAS

Aumento de processos tem feito análises demorarem e peritos ficarem sem receber

de GERALDO CAMPOS JR
gjcjunior@redgazeta.com.br

A corrida à Justiça Federal de trabalhadores que tiveram benefícios previdenciários cessados no pente-fino do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem levado a uma situação dramática. Com o aumento da demanda nos Juizados Especiais Previdenciários, os processos estão demorando mais para serem concluídos e até o dinheiro para custear as perícias judiciais não tem sido suficiente.

De acordo com o juiz federal Rogério Moreira Alves, titular do 3º Juizado Especial - Previdenciário, o recurso para as perícias que são feitas no âmbito da Justiça, - que é disponibilizado para o ano todo na rubrica da assistência judicial gratuita -, acabou desde setembro e os peritos cadastrados estão, desde então, sem trabalhar ou, caso aceitem, fazendo seu trabalho sem receber nada.

"Após a operação pente-fino, a gente tem visto um aumento enorme das perí-

cias judiciais. Praticamente 100% delas são custeadas com dinheiro público. As pessoas pedem a gratuidade à Justiça e, com isso, quem paga os custos é o governo. E o dinheiro acabou. Muitos peritos estão trabalhando sem receber, contando que em janeiro a gente vai receber o suplemento da dotação orçamentária para pagar esse passivo. Outros nem quiseram continuar trabalhando porque ninguém é obrigado a trabalhar sem receber. O problema é que quando o dinheiro chegar, uma parcela significativa já vai ficar comprometida com as perícias deste ano, então, só joga o problema para frente e vai acabar de novo o dinheiro", explica.

Para o advogado especialista em Direito Previdenciário Geraldo Benício, outro problema é que mesmo para levar o caso à Justiça é preciso ter laudos e exames médicos e laudos que comprovem a incapacidade de trabalhar, o que é caro e de difícil acesso para muitos aposentados.



"A prova para reaver o benefício é exclusivamente a comprovação da incapacidade, seja parcial ou definitiva, via laudos e exames. O problema é que isso custa caro e muitos não podem pagar"

GERALDO BENÍCIO
ADVOGADO

"A maioria está indo à Justiça mas nem todos têm êxito porque o ônus da prova cabe ao segurado. E a prova para reaver o benefício é exclusivamente a comprovação da incapacidade, seja parcial ou

definitiva, via laudos e exames. O problema é que isso custa caro e muitos não podem pagar", ressalta.

SAÚDE

Benício destaca ainda o drama de muitos segurados ao passarem pela situação. "É uma situação difícil que tem provocado até problemas de saúde. Já vi casos de pessoas que entraram em pânico, tiveram sintomas de depressão e até casos de pessoas tentando suicídio. É um drama já que muitos se sentem humilhados por passarem por isso".

Esse desespero também tem sido percebido pelo advogado Rafael Vasconcelos, do Sindicato Nacional dos Aposentados. "Eu avalio que há um pente-fino desnecessário, que poderia ser melhor analisado para que não haja suspensões indevidas, afinal muitos dependem disso para sobreviver e não têm a menor condição de voltar ao trabalho. Como marcar especialista no SUS e na rede privada custam caro, muitos ficam sem conseguir exames



Sede da Justiça Federal no ES: falta verba para perícias

atualizados e ficam com laudos incompletos, aí acabam cortando", pontua.

A orientação de Vasconcelos em casos assim é justamente conseguir reunir o maior número de provas, com laudo de um especialis-

ta e exames complementares. "Depois disso, recorrer pela via administrativa, no INSS, é um dos caminhos. Se não resolver, aí segue na via judicial, mas o recomendável é que seja acompanhado de um advogado".

MINIENTREVISTA

"Em mais da metade dos casos o corte é indevido"

Rogério Moreira Alves, juiz federal, titular do 3º Juizado Especial - Previdenciário

Responsável por boa parte dos processos da matéria previdenciária que chegam à Justiça Federal no Espírito Santo, o juiz federal Rogério Moreira Alves (foto) comentou sobre a onda de ações para restabelecimento de benefícios e afirmou que as perícias precisam ser periódicas.

Como o pente-fino tem impactado o

Poder Judiciário?

A operação pente-fino começou em agosto de 2016 e chegou aqui em 2017. A demanda vem crescendo, mas eu não consigo discernir o que é efeito do pente-fino ou não. Mas, na minha percepção, isso tem contribuído para elevar o volume de processos novos desde 2017 em cerca de 25%.

Qual o perfil dos casos

que têm chegado para o senhor?

A gente tem duas situações. É importante o trabalho que está sendo feito. As revisões precisam ser periódicas para evitar o pagamento de benefícios a pessoas que já se curaram e recuperaram a capacidade do trabalho, o que pode ocasionar falta de recursos para pagar a quem precisa. Na minha experiência, é



GERALDO CAMPOS JR

quase de meio a meio. Em quase metade a gente constata que o INSS deveria cancelar mesmo. Mas, por outro lado, se vê que em pouco mais de metade dos casos o corte é indevido. Há casos que a gente vê que são extremos e que nem dá para entender o

porquê de o benefício ser cancelado, de tão evidente a incapacidade.

A perícia feita pela Justiça é diferente?

Sim. Os peritos do INSS trabalham com um critério mais rigoroso. Quando a gente traz para a Justiça, tentamos fazer uma

perícia mais humanizada, ampla, a até repete em especialidades diferentes, e costumamos chegar a resultados diferentes.

Como os trabalhos da Justiça são afetados por isso?

A gente está com uma demanda muito alta. Antes, eu não se tinha processo aqui com mais de um ano, a média era seis meses. Agora acumulou muito, não consigo esse tempo mais. Eu tento priorizar os processos de auxílio-doença. Outro impacto é o aumento enorme das perícias judiciais. O dinheiro acabou desde setembro. Alguns estão trabalhando sem receber.

Sindicato vai à Justiça garantir direitos dos empregados

Os mais de 100 funcionários da Rede Avenida ainda não receberam o salário de novembro, que deveria ter sido pago até esta semana, e nem a primeira parcela do 13º salário, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Drogarias, Farmácias e Distribuidoras de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares no Estado (Sintrafarma-ES).

Por conta disso, uma comissão procurou o sindicato, que já está preparando uma ação judicial para garantir que os trabalhadores recebam todos os seus direitos.

O presidente da entidade, Aderiton Alcântara, disse que o sindicato vai ingressar na Justiça já na segunda-feira e que o setor jurídico está trabalhando para pedir que sejam liberados, de imediato, o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a habilitação do seguro-desemprego.

"A princípio, estão encerrando as atividades e deixando os funcionários com uma mão na frente e outra atrás, ainda mais em um período tão delicado, como o fim de ano. Estamos trabalhando para, pelo menos, dar uma aliviada para o pessoal. Independentemente de ser filiado ou não, todos serão atendidos pelo sindicato", disse.

Aderiton ainda afirmou que o desfecho foi diferente em outras redes tradicionais do Estado que já fecharam as portas, como as antigas Independência e Princesa Isabel. "Finalizaram as atividades, mas acertaram tudo antes. Não é comum acontecer isso".

ANÁLISE

Antônio Marcus Machado,
economista



Junta médica para salvar saúde do País

"François Quesnay foi um ícone da escola fisiocrata. Médico, inseriu nas Ciências Econômicas denominações das Ciências Médicas. Por isso, é comum encontrar palavras como pressão inflacionária, circulação da moeda e operações cambiais.

Manter empresas sadias seria como cuidar do organismo humano. Os últimos anos mostraram que nosso País assim não procedeu. A concentração econômica se amplia, a destruição não criativa de empresas tradicionais e a fragilidade do tecido social levou a nação ao centro cirúrgico.

A anomalia está no que Darwin chamou de lei dos mais fortes. Estes sobrevivem. Aqueles que se adequam às novas condições ainda respiram ou até conseguem evoluir. Só uma junta médica capacitada (ministros) e um cirurgião-chefe com capacidade de liderança (presidente) para restaurar a saúde nacional".

Homenagem para Toffoli em Vitória

DESA SAMPHIO/AGÊNCIA ESTADO - 26/08/2018



TOFFOLI: almoço no Palácio

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, virá ao Estado na próxima segunda-feira. Ele receberá uma comenda do governador Paulo Hartung e assinará a adesão ao projeto "Penas Inteligentes", em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES).

A previsão é de que Toffoli chegue ao Estado pela manhã e siga para o Palácio Anchieta, em Vitória, onde será recepcionado por Hartung.

Às 11h, o ministro receberá a comenda Jerônimo Monteiro, a mais

alta honraria concedida pelo governo do Estado, pelos serviços prestados ao Espírito Santo. A solenidade será seguida por almoço com o governador.

Além da solenidade, Toffoli, que também é presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), participará do evento de lançamento do projeto "Penas Inteligentes", realizado em parceria com o Tribunal de Justiça.

O evento de lançamento será realizado no Salão Pleno do TJ-ES, a partir das 15h, e contará com a participação de magistrados de to-

do o Estado.

Na ocasião, o presidente do TJ-ES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, e o ministro Dias Toffoli assinarão o termo de adesão ao projeto.

O Espírito Santo é a primeira unidade da federação a aderir ao programa, que tem como objetivo viabilizar a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), um sistema de processamento de informações e prática de atos processuais relativos à execução penal, instituído pela Resolução nº 223, do CNJ.

A PROGRAMAÇÃO

Evento no TJ-ES, às 15h

- > O PRESIDENTE do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, chega ao Estado na próxima segunda pela manhã.
- > ELE segue para o Palácio Anchieta, em Vitória, onde será recepcionado pelo governador Paulo Hartung.
- > ÀS 11H, Toffoli receberá a comenda Jerônimo Monteiro, honraria concedida pelos serviços prestados ao Espírito Santo.
- > A SOLENIDADE será seguida por almoço com o governador.
- > ÀS 15H, Toffoli participa do evento de lançamento do projeto "Penas Inteligentes", em parceria com o TJ-ES.



TATI BELING - 09/05/2017



THIAGO CEZARINHO - 17/10/2018



ASSESSORIA DA ASSEMBLEIA - 07/01/2018



DIVULGAÇÃO

QUEM SÃO ELES

Erick Musso (PRB)

> ATUAL PRESIDENTE da Assembleia, tem apoio do grupo de deputados que foram reeleitos para a próxima legislatura. Nos bastidores, mais de 12 parlamentares estariam predispostos a apoiá-lo.
> ELE é aliado e mantém um boa relação com o atual governador, Paulo Hartung (sem partido).

Theodorico Ferraço (DEM)

> O DEPUTADO veterano já foi presidente da Assembleia Legislativa por três ocasiões.
> ELE não conta com o mesmo número de apoiadores de Erick Musso, mas foi um dos primeiros a declarar apoio a Casagrande na Assembleia.

Bruno Lamas (PSB)

> O PARLAMENTAR vai para o seu segundo mandato na Assembleia. Tem a seu favor o fato de ser do mesmo partido do governador eleito Renato Casagrande.

Renzo Vasconcelos (PP)

> ASSUMINDO seu primeiro mandato como parlamentar estadual, o progressista pode ser o nome a ser lançado por um grupo de parlamentares novatos que brigam por espaço.

O ATUAL PRESIDENTE Erick Musso, Theodorico Ferraço, Bruno Lamas e o novato Renzo Vasconcelos aparecem como possíveis nomes para a disputa

ELEIÇÃO NO LEGISLATIVO

Disputa pela presidência da Assembleia já tem 4 nomes

As articulações apontam a formação de dois grupos: um, composto pelos novatos, e outro pelos deputados veteranos

Luiz Fernando Brumana

A eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa só acontece em fevereiro, mas há deputados já cimentando o caminho até o comando da Casa. Até agora, dois blocos se articulam mais intensamente nos bastidores, mas quatro nomes são ventilados.

Um dos grupos é formado por parlamentares ligados ao atual pre-

sidente Erick Musso (PRB). Mais de 12 deputados orbitam em torno da possível candidatura.

"Erick seria um bom nome para garantir estabilidade. É claro que a fotografia atual precisa ser substituída com a manutenção de Erick e a composição deve ser a várias mãos", defendeu Marcelo Santos (PDT), aliado do presidente e líder do atual governo na Casa.

Erick adota a mesma linha: "A discussão é prematura. Recebo a lembrança com satisfação. A composição deve ser a várias mãos".

Outra possibilidade com experiência no comando é Theodorico Ferraço (DEM). Porém, ele conta com menos apoio. "Eu ouço dizer que o governador eleito Renato Casagrande só irá tratar desse assunto após assumir o cargo, no dia

1º de janeiro. Vou votar em um nome que ele indicar", diz. Mas, alfineta: "É perder tempo quem quer fazer grupinhos neste momento. Mas os novatos têm de participar da Mesa Diretora para oxigenar a Assembleia". Em contrapartida à articulação dos parlamentares reeleitos, os novatos se organizaram para não ficar em desvantagem.

"Nossa aproximação é para que não haja um grupo hegemônico. Assim, se o grupo que está lá quiser tomar conta de todos os espaços importantes, temos como discutir", explica Fabrício Gandini (PPS). Ele e Renzo Vasconcelos (PP) já foram cotados como possibilidades para a presidência.

Outra opção vem do próprio partido do governador eleito: o socialista Bruno Lamas. "O histórico

fala por si. Erick Musso era do mesmo partido no qual Paulo Hartung estava há pouco. Rodrigo Chamoun era do PSB e foi presidente com Casagrande. É natural. Eu mantenho minha pré-candidatura à presidência", declarou.

Há, contudo, outros fatores importantes na disputa, como pondera Enivaldo dos Anjos (PSD): "Ninguém será presidente contra o governador eleito", enfatiza.

“É perder tempo quem quer fazer grupinhos neste momento. Mas novatos têm de participar”

Theodorico Ferraço (DEM), deputado

“Não tenho interesse na Mesa Diretora”, garante Gandini

Cotado inicialmente para ser o nome dos novatos para comandar a Assembleia Legislativa, Fabrício Gandini (PPS), que já foi presidente da Câmara de Vitória, garante não ter interesse na Mesa Diretora. Ele disse que o foco são as comissões permanentes, que analisam e dão pareceres a projetos.

"Eu não vou participar dessa eleição (da Mesa Diretora). Decidi isso com meu grupo político. Vou ajudar o Renato Casagrande de outra forma. Não tenho interesse em disputar a presidência e nem em compor a Mesa", explicou o deputado. Mas, ele garantiu: "Estou participando do grupo de discussão por causa das comissões".

Outro nome que pode surgir do grupo é Renzo Vasconcelos (PP), mas ele não quis comentar o fato com a reportagem.



► **Marcos do Val**
É favorável à proposta. Para o senador eleito, a PM precisa recuperar "autoestima".



► **Fabiano Contarato**
O senador eleito foi procurado, mas não respondeu aos contatos da reportagem.



► **Rose de Freitas**
A senadora foi procurada, mas não respondeu aos contatos da reportagem.



► **Ricardo Ferraço**
O senador foi procurado, mas não respondeu aos contatos da reportagem.



► **Magno Malta**
O senador é favorável e diz que o projeto de lei pacifica e devolve a tranquilidade à PM.

Greve da PM: sem data para votar lei de anistia no Senado

Às vésperas do recesso, projeto aprovado na Câmara ainda deve passar por comissões

▲ NATALIA BOURGUIGNON
nbourguignon@redgazeta.com.br

O projeto de lei que visa a conceder anistia aos policiais militares que participaram da greve em fevereiro de 2017 já foi enviado ao Senado, após ser aprovado na Câmara. No entanto, ainda não se sabe quando os senadores vão apreciá-lo, isso porque ainda deve passar por comissões no Congresso.

Da bancada capixaba, a maioria dos senadores em exercício e eleitos não se manifestou. Apenas Magno Malta, que permanece até o fim do ano, e Marcos do Val, que assume em 2019, se disseram a favor da anistia.

O deputado Carlos Manato, coautor da proposta na Câmara, afirmou que está em contato com o senador Eunício Oliveira, presidente da Casa, para tentar uma votação o mais cedo possível. Mas ele mesmo admite que pode ser difícil ainda neste ano. "A semana que vem é praticamente a última, en-



Na greve da PM, mulheres bloquearam saída, e policiais ficaram dentro de Quartel

tão pode ficar difícil, mas estou em negociação", afirmou. O recesso parlamentar começa no dia 20.

No rito normal de tramitação, ao chegar no Senado, a matéria será lida perante o Plenário e despachada às Comissões para que emitam parecer. Aprovado o parecer, a matéria estará pronta para deliberação e poderá ser aprovada ou rejeitada, em votação.

Em nota, a assessoria de comunicação do Senado afirmou que, em regra, todos os projetos passam pelas comissões para emissão de relatório. Se for aprovado no Senado, o projeto de lei deve ainda passar pela apreciação do presidente que pode sancioná-lo ou vetá-lo.

O senador Magno Malta, que deixa o cargo em breve, afirmou que é favorável à anistia dos militares. "Anistia pacifica a polícia, devolve a

tranquilidade a esses servidores públicos e corrige uma injustiça provocada pela falta de habilidade do governo de tratar o assunto", disse por meio de nota.

Já os atuais senadores Rose de Freitas e Ricardo Ferraço foram procurados pela reportagem mas não se manifestaram sobre o assunto. Ferraço também deixará o Congresso no fim do ano.

Dentre os parlamentares que ainda vão iniciar

MINAS E CEARÁ

MAIS ESTADOS BENEFICIADOS

Segundo o deputado Carlos Manato, se o projeto da anistia aos PMs capixabas foi aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente, ele também beneficiará militares de Minas Gerais e Ceará. "Nesses Estados também houve problemas com policiais e agentes penitenciários. Eu aceitei incluí-los no nosso projeto", disse.

do aplicadas", ponderou. O outro senador eleito, Fabiano Contarato, também foi procurado mas não atendeu às ligações da reportagem.

SIMBÓLICA

Com votação simbólica e aprovação por unanimidade, os deputados da bancada capixaba contribuiu para que o projeto de anistia aos militares passasse na Câmara Federal na última quinta-feira. Não foi informado quais deputados capixabas estavam presentes na votação, porém Givaldo Vieira, Helder Salomão, Carlos Manato e Sergio Vidigal confirmaram participação na sessão.

A votação simbólica não exige que cada deputado se manifeste individualmente, e somente foi possível porque houve negociação prévia com lideranças partidárias, segundo o deputado Carlos Manato, coautor da proposta.

➤ CONTINUA
Leia na pág. 13: greve de agentes de segurança e intervenção em Roraima.

ANISTIA

ENTENDA

► Proposta

O projeto aprovado na Câmara Federal cancela investigações, processos ou punições contra militares pela participação na greve de fevereiro de 2017.

► Abrangência

A medida vai beneficiar os policiais tanto na esfera criminal quanto na administrativa, pois abrange os crimes

previstos no Código Penal Militar, e as infrações disciplinares correspondentes, e também no Código Penal brasileiro.

► Vigência

Para começar a valer, o projeto tem que passar também pelo Senado e por sanção presidencial.

► Legislação

Por lei, os militares não podem fazer greve e, em

razão disso, o movimento grevista foi considerado ilegal pela Justiça. Policiais foram denunciados pelo Ministério Público à Justiça e alguns já começaram a ser condenados. Mas, para evitar a punição, é também por lei, que precisa ser alterada, que a anistia poderá ser concedida a todos os envolvidos nas manifestações.

OPINIÃO DA GAZETA

POPULISMO UNE ESQUERDA E DIREITA

Em tempos de polarização política, se há uma coisa que une esquerda e direita no país é o populismo. Para angariar votos, poder ou vantagens, políticos brasileiros tomam decisões ou fazem promessas baseadas não nos reais interesses de seus eleitores, de sua cidade ou do país, mas naquilo que vai soar melhor aos ouvidos da opinião

pública ou dos grupos de pressão. A aprovação por unanimidade do projeto de lei que garante anistia aos policiais militares envolvidos na greve de 2017 no Estado, que terminou com 219 mortos e prejuízos de R\$ 300 milhões ao comércio, é um exemplo. A bancada capixaba da Câmara votou a favor do perdão aos paredistas.

Não importou que a greve seja vedada por lei aos militares ou que o STF tenha considerado o movimento ilegal. O que importa é manter-se como líder carismático, que entende as demandas do "povo", essa figura abstrata que muitos deles, de fato, ignoram. A demagogia, como se vê, não tem coloração partidária.

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

Abono da Câmara de Vitória nas mãos do prefeito

O presidente da Câmara de Vitória, Vinicius Simões, enviou na quinta-feira o projeto que aprova o abono de R\$ 1 mil para os servidores da Casa para o prefeito Luciano Rezende. Agora, cabe ao prefeito sancionar, vetar ou silenciar. Junto ao projeto, Vinicius, que é contra o abono, enviou dois pareceres, um da Procuradoria e outro da Controladoria contrários ao abono. O prefeito tem 15 dias úteis para decidir, mas deve dar resposta antes.

Lama Cirúrgica: médico preso faz delação e audiência é adiada

Profissional envolvido em esquema de reúso de material está detido e deu novo depoimento

EDUARDO DIAS
edias@redgazeta.com.br

A primeira audiência do caso da Operação Lama Cirúrgica, que estava marcada para ontem, foi adiada. Entre os motivos que contribuíram, está a delação premiada de um dos médicos envolvidos no esquema de reúso de produtos hospitalares.

Preso desde fevereiro, na quarta fase da operação, o ortopedista Rodrigo Souza Soares fez uma delação e um novo depoimento ao Ministério Público do Espírito Santo e à Polícia Civil. Assim, os advogados contratados por outros acusados alegaram que não sabiam o conteúdo desta delação e precisariam de mais tempo para organizar a defesa.

O advogado do ortopedista Rodrigo Souza Soares, Ludgero Liberato, confirma

a delação premiada. No entanto, destacou que o conteúdo segue em sigilo.

O segundo motivo para o adiamento foi o fato do ortopedista Eduardo Araújo Ramalho não ter sido intimado para a audiência. De acordo com o advogado Renan Sales, que é assistente de acusação, mesmo que os réus não tenham a obrigação de ir ao fórum no dia da audiência, todos devem ser formalmente intimados pela Justiça.

“É facilidade do acusado comparecer à audiência, mas, obrigatoriamente, ele deve ser intimado. Como ele não foi intimidado, a juíza achou por bem adiar o ato até o dia 17”, explicou.

REPROCESSADO

O Ministério Público apontou que pelo menos 52 cirurgias feitas pelos médicos envolvidos na Lama Cirúrgica tiveram a utilização de material reprocessado, como agulhas usadas para



O médico ortopedista Rodrigo Souza Soares está preso desde fevereiro

BERNARDO COUTINHO - 28/02/2018

costurar cortes na pele.

Os médicos são acusados de reutilizar objetos, em cirurgias ortopédicas, que deveriam ser descartados. Rodrigo Souza Soares é apontado como um dos sócios da Golden Hospitalar, empresa que, segundo as investigações, revendia o material.

Quem responde pela Golden são os empresários Marcos Roberto Krohling Stein e Gustavo Deriz Chagas, que também se tornaram réus. Os dois sócios chegaram a ser presos, mas foram soltos porque, segundo a Justiça, estavam colaborando com as investigações. Sobre Gustavo Deriz, ainda é apontado que ele seria laranja de Rodrigo Soares na Golden.

A denúncia aceita pela Justiça também cita os responsáveis pela empresa Esterileto, que esterilizava e reprocessava materiais cirúrgicos cujo reprocessamento é expressamente proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

ACUSAÇÕES

DENÚNCIA ACEITA NA JUSTIÇA

A denúncia aceita pela Justiça elenca a acusação contra cada réu da Operação Lama Cirúrgica. Para isso, foram somados cada caso identificado de reprocessamento de equipamento registrado no inquérito, ou de pagamentos por materiais não usados ou cobrados mais caros dos planos de saúde e hospitais, o que é

representado pela repetição de vezes após cada descrição. Veja abaixo.

► **Rodrigo Souza Soares (ortopedista):** falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (52 vezes) e estelionato (76 vezes).

► **Gustavo Deriz Chagas (empresário):** falsificar,

corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (52 vezes) e estelionato (76 vezes).

► **Marcos Roberto Krohling Stein (empresário):** falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (52 vezes) e estelionato (76 vezes).

► **Marcos Robson de Cássia Alves Júnior (ortopedista):** falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (20 vezes) e estelionato (29 vezes).

► **Nilo Lemos Neto (ortopedista):** falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto de fins terapêuticos ou medicinais (06) e estelionato (06).

► **Eduardo Araújo Ramalho (ortopedista):** falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (06 vezes) e estelionato (10 vezes).

► **Carlos Eduardo Rodrigues Soares (empresário):** falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (55 vezes).

► **Mônica de Carvalho Marinho Borges (empresária):** falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (41 vezes).

► **Marcelo de Carvalho Marinho (empresário):** falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (41 vezes).

Indicações para cargos são vistas com ressalvas

Especialistas ouvidos por A GAZETA alertam que prática fere princípios da administração pública

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Ao indicar uma mulher com quem mantinha um relacionamento para exercer um cargo em uma empresa terceirizada da Secretaria de Estado de Esportes (Sport), além de envolvê-la em sua campanha eleitoral sem que haja registros na Justiça Eleitoral e de utilizar um assessor pago com dinheiro público para negociar questões pessoais, o deputado estadual e deputa-

do federal eleito Amaro Neto (PRB) revelou em seu depoimento uma série de práticas que não só ferem os princípios da administração pública, como também, em tese, poderiam ser considerados atos de improbidade administrativa.

Esta é a visão do professor de Direito Administrativo da Faesa Dalton Moraes, que ressalta que tais práticas ainda são comuns no setor público, desencadeando uma série de prejuízos ao Estado e à prestação de serviços. Segundo Moraes há uma “cultura de não titulação de cargos comissionados para a função para a

qual foram criados”.

“Cargos comissionados são uma exceção prevista pela Constituição para a contratação de pessoas com capacidade técnica para ocupar funções de direção, chefia e assessoramento. Mas no Brasil eles viraram uma forma de aparelhamento seja porque o político precisa de pessoas para trabalhar em sua campanha ou por outros motivos”, destaca ele, que relembra o caso da deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ), acusada de coagir funcionários da Prefeitura do Rio, na qual era secretária, a votar nela.

Para o cientista político

Fernando Pignaton, conceder cargos em função de relações pessoais, favorecer atendimentos em serviços ou a construção de determinadas obras para benefício próprio e de outros são práticas da “velha política”, na qual setor público e privado se confundem. “Pratica-se isso nas Assembleias Legislativas, nas secretarias. É desperdício de recursos.”

CONTROLE

O secretário-geral da ONG Transparência Capixaba, Rodrigo Rossoni, pontua que o controle institucional de tais práticas é fundamental. “A apuração é muito im-



Amaro Neto denunciou tentativa de extorsão

portante. E se comprovadas as irregularidades que venham, as punições para que não fiquemos com a percepção da impunidade”, diz.

O cabo da PM Fernando Marcos Ferreira e a mulher dele, Keila Bonde Ferreira, foram presos no dia 30, acusados de tentar extorquir R\$

500 mil de Amaro Neto. O deputado denunciou o caso à polícia e admitiu em depoimento ter tido um relacionamento com Keila.

O Ministério Público Eleitoral informou que não tem nada relacionado ao caso no momento. A Assembleia não se manifestou.



Marielle Franco foi morta na noite do último dia 14 de março. O miliciano Orlando de Curicica foi apontado por um delator como mandante do assassinato

Caso Marielle: suspeito diz que foi ameaçado para confessar

Orlando de Curicica afirmou que delegado também queria que ele incriminasse vereador

Apontado como um dos principais suspeitos da morte da vereadora Marielle Franco, o ex-policia militar Orlando Oliveira de Araújo, o Orlando Curicica, disse ter sido ameaçado para assumir o crime e incriminar também o vereador Marcelo Siciliano (PHS). A informação é do Jornal Nacional, da TV Globo, que obteve acesso com exclusividade ao depoimento prestado pelo miliciano ao Ministério Público Federal, em Mosso-

ró, no Rio Grande do Norte, onde está preso.

Orlando de Curicica contou que o responsável pela divisão de homicídios, Ginton Lages, esteve no presídio de Bangu em maio. Segundo ele, o delegado queria ouvi-lo confessar que matou Marielle a mando de Siciliano. Os dois entraram para lista de suspeitos do crime depois que uma testemunha contou à polícia ter visto eles em um restaurante tramando a morte. As declarações foram reveladas pelo jornal O Globo.

Orlando disse ter respondido ao delegado Ginton Lages que não tinha

envolvimento com o caso e que o delegado teria pedido então para ele acusar o vereador Marcelo Siciliano. Orlando recusou e disse que foi ameaçado.

A ameaça era transferi-lo para um presídio federal. Caso ele confessasse, porém, a promessa era perdão judicial.

PROPINA

Curicica acredita que a vereadora foi assassinada por um grupo de matadores conhecidos pela polícia como "escritório do crime". Segundo ele, esses grupos nunca usam armas de um único disparo, só de rajada.

O miliciano acusa a polícia de "não mover uma palha" para investigar crimes cometidos por esses grupos. O motivo, segundo ele, é que os maiores clientes desses matadores são os contraventores do jogo do bicho, que pagariam propina para a Divisão de Homicídios. Orlando, porém, não afirmou que foi a contravenção mandou matar Marielle. Ele disse que não sabe quem foi o mandante.

Essa suposta corrupção na Divisão de Homicídios, segundo o miliciano, envolvia até a chefia. Ele disse que o ex-titular da Homicídios Rivaldo Barbosa—atual che-

fe da Polícia Civil do Rio—recebeu R\$ 300 mil para não investigar a morte de um contraventor que teria sido assassinado a mando do jogo do bicho em 2016. Orlando diz que viu o dinheiro numa bolsa verde. Ele disse que a Secretaria de Segurança recebia até R\$ 500 mil. E admitiu já ter pago propina para a divisão de homicídios. O depoimento motivou investigação sobre a conduta da Polícia Civil do Rio no caso.

OUTRO LADO

O chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa, disse que as declarações de

Orlando são levianas e têm o objetivo de tumultuar a investigação do caso Marielle, que é conduzida com dedicação e seriedade.

A Polícia Civil afirmou que a conduta de Rivaldo Barbosa à frente da Divisão de Homicídios e de outras unidades foi pautada pela honestidade. Declarou, também, que as ilações feitas por Orlando tentam desmoralizar e desacreditar instituições idôneas e que a transferência do miliciano para Mossoró não foi em razão do caso Marielle. A Secretaria de Segurança Pública do Rio declarou que não vai se pronunciar.

Amanda Quinta ganha ação contra o tio na Justiça

A Justiça Eleitoral julgou improcedente pedido de cassação de mandato da atual prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel. A ação foi movida pelo ex-prefeito do município e tio de Amanda, Reginaldo Quinta.

Reginaldo foi derrotado pela sobrinha no último pleito. Ele alegou que ela teria realizado condutas vedadas na eleição que resultariam em abuso de poder econômico, como: promoção de audiências públicas, concessão de benefícios assistenciais e admissão de servidores públicos.

Porém, em sua decisão, o juiz eleitoral Gil Vellozo Taddei destacou que as provas testemunhais e documentais apresentadas “em nada concorreram para confirmar os fatos relatos”.

Reginaldo não atendeu às ligações da reportagem. Não foi possível contato com a prefeita.

GIRO POLÍTICO

CONTRA MARCOS DO VAL

Juiz do ES manda Carlos Bolsonaro deletar post

O juiz Mauricio Camatta Rangel, da 4ª Vara Cível de Vitória, determinou que o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PSC) retire do Twitter postagem com informação falsa a respeito do senador eleito Marcos Do Val (PPS), sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. O post é de 15

de setembro de 2017. Nele, Carlos Bolsonaro, filho do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), diz que há um mandado de prisão em aberto contra Do Val no condado de Galveston, no Texas. A GAZETA já checou com a polícia de Galveston que a informação é falsa. (Letícia Gonçalves)